



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RCD no HABEAS CORPUS Nº 568710 - MG (2020/0074551-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
REQUERENTE : KRISTOFER ITALLO NASCIMENTO NETO (PRESO)
ADVOGADOS : HUGO VIOL FARIA - MG169332
HENDRYWS ROSBERG PEDROZA CIMINO - MG119442
HUGO TADEU VICENTE VIDAL - MG180359
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração formulado pela defesa de KRISTOFER ITALLO NASCIMENTO NETO contra decisão monocrática desta Relatoria que indeferiu o pedido liminar contido na presente impetração (e-STJ fls. 105/107).

Depreende-se dos autos que, no dia 2/12/2018, o paciente, juntamente com outras duas pessoas, foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 e no art. 244, alínea "b", da Lei n. 8.069/1990 (e-STJ fls. 16/33).

Em 4/12/2018, o Magistrado José Carlos dos Santos homologou o Auto de Prisão em Flagrante (APPF) e, nos termos do art. 310 do Código de Processo Penal, encaminhou os autos ao *Parquet* para proferir parecer (e-STJ fls. 54/55), o qual opinou pela conversão do flagrante de KRISTOFER em prisão preventiva (e-STJ fls. 56/58).

Em 18/12/2018, o Magistrado, por entender que se fazem presentes os pressupostos do art. 312 do CPP, converteu a prisão em preventiva (e-STJ fls. 60/65).

No dia 14/1/2019, o Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Barbacena/MG deferiu o requerimento do Ministério Público e decretou a quebra do sigilo de dados, bem como a realização de outras diligências (e-STJ fl. 82).

Após, em 28/1/2019, a prisão preventiva foi revogada, sendo concedida liberdade provisória a todos os três investigados (e-STJ fls. 69/74).

Inconformado, o representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais interpôs Recurso em Sentido Estrito perante a Corte local, pleiteando a decretação

da prisão preventiva dos investigados.

Em sessão de julgamento realizada no dia 3/3/2020, a Primeira Câmara Criminal do TJMG, à unanimidade, deu provimento ao recurso, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 98):

RECURSO E SENTIDO ESTRITO - TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E CORRUPÇÃO DE MENORES - PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DAS RAZÕES RECURSAIS - MERA IRREGULARIDADE - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - MPROCEDÊNCIA - ALEGAÇÕES PERTINENTES AO MÉRITO - IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE - PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP NITIDAMENTE PRESENTES - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - INSUFICIÊNCIA. Eventual atraso na apresentação das razões do recurso é mera irregularidade e não obsta o seu conhecimento. Estando devidamente comprovada a presença dos requisitos do art. 312 do CPP, necessária é a manutenção da prisão cautelar, como forma de se garantir a ordem pública, em especial quando demonstrada a insuficiência das medidas cautelares alternativas. Os atributos pessoais do paciente não podem ser analisados individualmente, sem que seja considerado todo o contexto dos autos, sob pena de se trazer prejuízos à tranquilidade social e à manutenção da ordem pública, fundamentos esses essenciais à análise da necessidade da manutenção de qualquer prisão cautelar.

No presente *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, os impetrantes sustentam, preliminarmente, a intempestividade do recurso ministerial, pois, embora o *Parquet* tenha interposto tempestivamente a peça do recurso em sentido estrito (5 dias), o protocolo das razões recurais ocorreu fora do prazo legal de 2 dias.

No mérito, argumenta que a decisão que concedeu liberdade provisória ao paciente deve prevalecer, considerando que o Juízo de primeiro grau entendeu que a segregação cautelar se fazia desnecessária, em razão da insuficiência de indícios de autoria e materialidade dos crimes em apuração.

Ao final, pugna, liminarmente e no mérito, pela imediata soltura do paciente, determinando a cassação do acórdão ora impugnado.

No dia 26/3/2020, o pedido liminar foi indeferido, determinando-se vista dos autos ao Ministério Público Federal (e-STJ fls. 105/107).

No presente pedido de reconsideração (e-STJ fls. 112/117), a defesa inova ao alegar que, em razão do atual cenário ocasionado pelo surto do novo coronavírus (COVID-19), não se deve insistir em prisões processuais.

Além disso, reitera o argumento apresentado quando da impetração do presente *habeas corpus*, no sentido de que o paciente está em liberdade há mais de 1 ano,

sem cometer infrações penais, o que revela a ausência do *periculum libertatis*.

Diante disso, requer a reconsideração da decisão anterior para que seja recolhido o mandado de prisão expedido em razão do provimento do RESE n. 0097917-47.2019.8.13.0056, até o julgamento definitivo deste *writ*.

É o relatório. **Decido.**

Em consulta aos processos que tramitam nesta Corte Superior, verifico que, nos autos do HC n. 566.477/MG, de minha relatoria, foi deferido o pedido de reconsideração em favor do co-investigado FLÁVIO LUIS DO NASCIMENTO, contra o qual também havia sido expedido mandado de prisão em razão do julgamento do RESE n. 0097917-47.2019.8.13.0056.

Observa-se que o ora paciente e FLÁVIO alegam, em síntese, a extemporaneidade da prisão preventiva decretada pelo Tribunal de origem, mesmo estando os denunciados em liberdade desde janeiro de 2019, além do novo panorama causado nos presídios nacionais por conta do surto do novo coronavírus.

Consta dos autos que o paciente foi posto em liberdade em 2/1/2019, e decisão do Tribunal determinando seu retorno para o cárcere deu-se em 3/3/2020, cerca de um ano após, sem registro de outros eventos posteriores, sendo evidente a extemporaneidade da medida.

Como é cediço, “pacífico é o entendimento de que a urgência intrínseca às cautelares, notadamente à prisão processual, exige a contemporaneidade dos fatos justificadores dos riscos que se pretende com a prisão evitar. A falta de contemporaneidade do delito imputado ao paciente e a não ocorrência de fatos novos a justificarem a necessidade de segregação tornam a prisão preventiva ilegal, por não atenderem ao requisito essencial da cautelaridade”. (HC n. 493.463/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 11/6/2019, DJe de 25/6/2019).

Além disso, o fato criminoso em apuração não foi praticado com violência ou grave ameaça (tráfico de drogas e associação para o tráfico), bem como não há notícia nos autos de envolvimento anterior do paciente com organização criminosa, o que evidencia a possibilidade de aplicação de outras medidas mais brandas.

Por fim, não se desconhece que a natureza das substâncias entorpecentes, bem como a quantidade apreendida podem servir de fundamento para a prisão preventiva, como no caso em exame – apreensão de aproximadamente 168 g de cocaína, 4 pedras de

crack, uma balança de precisão e a quantia de R\$ 2.000,00 (e-STJ fl. 99).

Porém, conforme foi alertado pela própria defesa, diante do quadro grave de propagação do vírus no Brasil e da Recomendação n. 62 do CNJ, entendo ser possível manter, nesse contexto de pandemia, o estado de liberdade do paciente.

Destaco, em especial, os termos do art. 4º dessa recomendação, que assim dispõe:

Art. 4º Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

c) prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa;

II – a suspensão do dever de apresentação periódica ao juízo das pessoas em liberdade provisória ou suspensão condicional do processo, pelo prazo de 90 (noventa) dias;

III – a máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva, observado o protocolo das autoridades sanitárias.

Em arremate, compactuo do entendimento exarado pelo Juiz de Direito, Dr. José Carlos dos Santos, o qual, ao conceder liberdade provisória a todos os investigados, asseverou que: "Ora, se não existem elementos hábeis a alicerçar o oferecimento da exordial acusatória, da mesma forma, carecem dos pressupostos para a manutenção do investigado em cárcere provisório" (e-STJ fl. 72).

Ante o exposto, **defiro** o pedido de reconsideração para restabelecer a decisão do Juízo de primeiro grau (e-STJ fls. 69/74) que assegurou ao paciente a liberdade provisória, até o julgamento do mérito do presente *habeas corpus*.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal estadual e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes cópia da presente decisão.

Intimem-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator